



Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente

Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo

01 de agosto de 2016

Auditório da SMDHC – Rua Líbero Badaró, 119 - Centro

ATA XXIV REUNIÃO ORDINÁRIA

Membros Presentes: Marina M. Novaes (SMDHC); Marília Ramos (Repórter Brasil); Roque Pattussi (CAMI); Gilda Bernadete (SMS); Lívia dos Santos Ferreira (MTE); Magno Pimenta Riga (MTE); Mariana Morais (ABIT); Laura Benda (AMATRA); Silvana Abramo (AMATRA); Fedo Bacourt (USIH); Marie Rose – Laurie Jeanty (USIH); Mariana Leite Figueiredo; Ismael Almeida (SMPPIR); Guilherme Otero (SMDHC); Edmundo Lima (ABVTEX) .

PAUTA:

- 1) Debate sobre a denúncia de trabalho escravo envolvendo migrantes e Polícia Civil
- 2) Relato sobre o Fórum Social Mundial de Migrações;
- 3) Audiência Pública do Senador Paulo Paim;
- 4) Reunião sobre o Banco de Projetos com o Procurador Chefe da PRT 2;
- 5) Grupo para pensar o seminário sobre o balanço do Plano Municipal para a Erradicação do Trabalho Escravo;
- 6) PL Patrícia Bezerra
- 7) Informes

A Sra. Marina Novaes (SMDHC) iniciou a reunião saudando a todas e todos, informando os pontos de pauta e logo em seguida passou a palavra ao Guilherme Otero, Coordenador Adjunto de Políticas para Migrantes (SMDHC).

1) Debate sobre a denúncia de trabalho escravo envolvendo migrantes e Polícia Civil

O Sr. Guilherme contou que no início de julho, pouco depois do Fórum Social de Migrações, chegou a seu conhecimento, através de três bolivianas donas de uma oficina de costura, uma denúncia de abuso policial. No relato, elas disseram que a oficina foi invadida por policiais civis, sem nenhum mandado ou documento que justificasse a invasão. Segundo elas, os policiais ameaçaram que levariam toda a mercadoria, tecidos e cortes, dizendo que era mercadoria roubada por não ter nota fiscal, mas disseram que nada fariam se elas dessem R\$ 5mil reais. Elas relataram que após o ocorrido souberam de outras pessoas que sofreram extorsão.

O Sr. Roque (CAMI) disse estar ciente desse e de outros casos, mas que os imigrantes tem medo de formalizar a denúncia. Relatou também que essas extorsões aumentam quando chega perto de datas especiais para o comércio, como o dia das mães, natal e etc. Contou que estão trabalhando para prevenir casos como esses e pedindo para que vizinhos anotem as placas dos carros ou tentem coletar alguma prova, além de campanhas de rádio. Disse já ter feito a denúncia para a COETRAE, e que quer também avisar à Delegacia Estadual de Homicídios e Proteção a Pessoa – DHPP.

1) Apresentação da Aliança Empreendedora

A convidada Sra. Cristina Filizzola (Aliança Empreendedora) apresentou o trabalho da Aliança Empreendedora, instituição que tem como objetivo apoiar empresas, organizações sociais e governos a desenvolver modelos de negócios inclusivos e projetos de apoio a microempreendedores de baixa renda, ampliando o acesso a conhecimento, redes, mercados e crédito para que desenvolvam ou iniciem seus empreendimentos. Dentre seus projetos institucionais, deu ênfase ao *Tecendo Sonhos*, que visa promover relações justas de Trabalho na cadeia produtiva da moda. Afirmou que, desta forma, a aliança empreendedora apóia inúmeros trabalhadores vulneráveis

ao trabalho escravo, grande parte destes imigrantes latino-americanos. A apresentação institucional completa está anexa ao e-mail desta ata.

2) Reunião com a Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo

A palavra foi passada então para a Sra. Luciana Cavalcanti (SDTE), que discorreu sobre a reunião realizada entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT) e a SDTE. A reunião teve como objetivo a efetiva implementação da ação 53¹. A Sra. Luciana disse que um dos pontos discutidos na reunião foi a possibilidade do/a imigrante ser formalizado como Microempreendedor Individual (MEI), pois a legislação diz que o imigrante portador de Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) provisório não pode ser caracterizado nesta categoria profissional. A Sra. Cristina discordou e disse que é possível que o imigrante com status provisório possa efetivamente ser formalizado como MEI. A Sra. Luciana disse que há uma contradição na lei e que, portanto, já encaminhou um pedido de esclarecimento à Procuradoria Geral do Município. Informou que irá repassar a informação obtida aos membros no momento em que as obtê-las.

Sobre a formalização das oficinas, o Sr. Roque Pattussi (CAMI) disse que no ano passado o CAMI atendeu cerca de mil delas e que destas, mais de 90% não tinham formalização (como MEI ou Simples). Disse que isso se devia principalmente ao fato de os/as imigrantes ficarem no Brasil por um tempo provisório de 2 a 3 anos e que, além disso, caso se formalizassem, seus produtos não se tornariam mais competitivos, levando-os à falência. Afirmou, portanto, que a formalização do imigrante como MEI não necessariamente resolve o problema de vulnerabilidade ao trabalho escravo. Sugeriu então que fosse feita uma reunião com as principais instituições responsáveis pelo trabalho junto aos trabalhadores imigrantes para discutir as dificuldades entre o processo de formalização e sustentabilidade no mercado. O Sr. Sergio Aoki (MTPS) afirmou que a formalização é um passo importante para retirar a vulnerabilidade do trabalhador, porém não o único. Disse que as leis do mercado muitas vezes prejudicam

¹ Ação 53: Firmar parcerias para a realização de cursos gratuitos a trabalhadoras e trabalhadores vítimas de trabalho escravo, tráfico de pessoas e em situação de vulnerabilidade, focando em oportunidades de empreendedorismo, associativismo e cooperativismo.

mais ainda os trabalhadores, pois devem atender a uma demanda que foge às suas capacidades no tempo disponível, fazendo com que seja caracterizada jornada exaustiva. A Sra. Rosana Camacho (ADBR) concordou e disse que um dos maiores problemas são as regras impostas pelo mercado e que a cadeia produtiva como um todo deve ser levada em conta. O Sr. Roque comentou que o CAMI preparou um manual prático para os donos de oficinas. Neste manual contém informações do MTPS sobre é explicado como regularizar a empresa e os trabalhadores. A Sra. Luciana aproveitou o momento para sugerir que fosse trazida alguma instituição que tratasse de economia solidária para a reunião da COMTRAE, a fim executar ações que auxiliem os trabalhadores vulneráveis ao trabalho escravo.

3) Apresentação do projeto “Migração como direito humano: rompendo o vínculo com o trabalho escravo” do programa de educação *Escravo, nem pensar!*

A Sra. Natalia Suzuki (Repórter Brasil) fez a apresentação do projeto supracitado. Explicou que o “Escravo, nem pensar!” é um programa de educação voltado à prevenção do trabalho escravo coordenado pela ONG Repórter Brasil. Explicou que o objetivo do projeto em São Paulo é promover ações educativas à coordenadores pedagógicos sobre migração e prevenção ao Trabalho Escravo nas escolas das Diretorias Regionais de Educação da cidade. Ao mostrar quais escolas seriam contempladas pelo programa, o Sr. Roque sugeriu que a EMEF Eduardo Prado, no Brás, fosse considerada, por possuir uma grande quantidade de estudantes imigrantes. A Sra. Mércia Silva (InPACTO) elogiou o programa e sugeriu que fosse expandido para outras prefeituras. O projeto “Migração como direito humano: rompendo o vínculo com o trabalho escravo” do programa de educação *Escravo, nem pensar!* contempla as ações 38² e 39³ do plano municipal para a erradicação do trabalho escravo.

4) Parceria com a EMASP

² Ação 38: Incluir a temática do trabalho escravo e tráfico de pessoas nos parâmetros curriculares do ensino municipal, como eixo transversal.

³ Ação 39: Fomentar a criação de projetos educacionais de enfrentamento ao trabalho escravo e tráfico de pessoas no âmbito da SME com atuação de profissionais qualificados pela própria Secretaria.

Como discutido em reuniões anteriores, está em processo a formulação de um curso sobre trabalho escravo em parceria com a Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo (EMASP). A SMDHC participou de uma reunião com a Sra. Anita, representante da EMASP, e os moldes do curso foram definidos. O curso será presencial, na própria sede da EMASP, terá duração de 4 horas, será realizado uma vez ao mês e pretende-se iniciá-lo no dia 13 de maio. Foi sugerido que os membros da COMTRAE colaborassem com o curso, de forma que cada um desse uma aula no curso. Os membros que se prontificaram a lecionar as aulas foram: MTPS, SDTE, CDHIC, CAMI, SMS, MISSÃO PAZ, MPT, FESPSP, REPÓRTER BRASIL E ABIT, além da SMDHC.

5) Planilha de Monitoramento do Plano Municipal

Foi apresentada a planilha de monitoramento do plano municipal para a erradicação do trabalho escravo. Esta será disponibilizada para todos os membros da COMTRAE via Google Drive, para que cada um possa editar o status das respectivas ações que lhe compete.

6) Informes

Os membros convidados para a reunião se apresentaram. Foram eles a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo⁴ (FESPSP); Associação de Residentes Bolivianos⁵ (ADRB); e União Social dos Imigrantes Haitianos⁶ (USIH).

A Sra. Marília Xavier Assumpção (NDH FESPSP) ficou responsável por verificar a disponibilidade de usar o espaço da fundação para a próxima reunião da COMTRAE.

⁴ http://www.fesp.org.br/inst_institucional/59/nucleo_de_direitos_humanos/quem_somos

⁵ <http://adrb.org/>

⁶ <https://www.facebook.com/Uni%C3%A3o-social-dos-Imigrantes-Haitianos-1068447083168272/?fref=ts>

